



---

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO PRESENCIAL

---

Autos nº 0000940-38.2018.8.24.0600

Ação: Correição Ordinária / Correição geral ordinária

Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo da 1ª Vara da comarca de Sombrio

### ATIVIDADE CORREICIONAL

### INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 32/2018-CGJ

Período da correição: 27-08-2018 a 31-08-2018

### EQUIPE CORREICIONAL

Juíza Corregedora: Sônia Eunice Odwazny

Assessora Técnica Correicional: Catia Lucila Ricordi Crestani

Assessor Técnico: Karine Torres Furtado

Analista Jurídica: Joice Dutra



## INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da unidade jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 107/2018 e na portaria que consta nos autos do processo acima mencionado, realizou-se a correição a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços judiciais, no que tange aos registros e à tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ, do SAJ Estatística e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo - Cuida.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e por outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e desta própria Corregedoria-Geral da Justiça.



## DADOS DA UNIDADE

**Comarca:** Sombrio

**Unidade:** 1ª Vara

**Municípios integrantes:** Balneário Gaivota e Sombrio

**Juiz titular:** Livia Borges Zwetsch Beck (em licença maternidade); Evandro Volmar Rizzo (cumulando)

**Chefe de cartório:** João Junior Colodel

**Última correição por equipe da CGJ/SC:** Correição virtual - de 24-08-2015 a 23-10-2015 - Autos n. 0001342-27.2015.8.24.0600

**Competência:** Resolução n. 34/2008-TJ - Art. 1º: Compete, privativamente, à 1ª Vara da comarca de Sombrio processar e julgar os feitos cíveis em geral e matérias da Fazenda Pública, acidentes do trabalho, mandados de segurança, ações civis públicas (arts. 94, 99 e 100 do CDOJESC) e as causas cíveis de menor complexidade (Lei n. 9.099/1995).

Não há resolução que tenha incluído a unidade em Divisão de Tramitação Remota - DTR

**Entrância:** Final



## 1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

### Processos físicos + eletrônicos

Indicador	Verificação 1
Processos em andamento + procedimentos em andamento	17.399
Processos em andamento	16.784
Procedimentos em andamento	615

Observações

a) Verificação 1: Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: Agosto de 2018.

### Processos do Juizado Especial

Indicador	Verificação 1
Processo do Juizado Especial Cível	1.865
Processo do Juizado Especial da Fazenda Pública	116
Total	1.981

Observações

Verificação 1 em 20/08/2018.

### Processos do Executivo Fiscal

Indicador	Verificação 1
Processos com a classe 'execução fiscal', 'embargos à execução fiscal' e 'embargos infringentes na execução fiscal' em cartório	9.553
Processos com a classe 'execução fiscal', 'embargos à execução fiscal' e 'embargos infringentes na execução fiscal' no fluxo 'Execução Fiscal Automatizado'	0
Total	9.553

Observações

Verificação 1 em 20/08/2018.

### Processos do Executivo Fiscal Sobrestados

Indicador	Verificação 1
Quantidade de processos de 'execução fiscal' sobrestados	2.861

Observações: Nesta situação, o SAJ Estatística considera os que estão "suspensos" e "arquivados administrativamente" no final do período.

Verificação 1 em Agosto de 2018.



### Processos eletrônicos da unidade

<b>Indicador</b>	<b>Verificação 1</b>
Processos em andamento + procedimentos em andamento	12.763
Processos em andamento	12.177
Procedimentos em andamento	586

#### Observações

Verificação 1: Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara):  
Mês de referência: Agosto de 2018.

### Processos distribuídos na unidade

<b>Indicador</b>	<b>Total Verificação 1</b>	<b>Média Mensal Verificação 1</b>
Janeiro a dezembro de 2016	4.767	397,25
Janeiro a dezembro de 2017	2.672	222,67
Janeiro a julho de 2018	7.430	1.061,43

#### Observações

a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições), referente ao corrente ano e aos dois últimos anos anteriores ao da realização da correição.



## 2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL - GABINETE

### Processos conclusos

Indicador	Verificação 1
Quantidade total de processos com o juiz	4.595
Quantidade total de processos eletrônicos com o juiz	3.738
Quantidade total de processos físicos com o juiz	857

Observações

a) Verificação 1 em 20/08/2018.

### Audiências

Indicador	Verificação 1
Quantidade de audiências designadas	254

Observações

a) Verificação 1: data da audiência mais longínqua: 26/11/2018.



### 3 FILAS DE TRABALHO - PROCESSOS ELETRÔNICOS

#### Análise das filas de processo

Fila	Verificação 1
CUMPRIR URGENTE	59

Observações

Verificação 1: 20/08/2018. O processo com entrada mais antiga na fila é 28/11/2017 (fls. 18-19).

#### Análise das filas de petições intermediárias

Fila	Verificação 1
AG. ANÁLISE - JUNTADA AUTOMÁTICA	637

Observações

Verificação 1: 20/08/2018. A petição com entrada mais antiga na fila é 12/09/2015 (fls. 20-29).

Fila	Verificação 1
AG. ANÁLISE - PETIÇÕES DIVERSAS	87

Observações

Verificação 1: 20/08/2018. A petição com entrada mais antiga na fila é 07/06/2016 (fls. 30-31).



## 4 PROCESSOS AGUARDANDO IMPULSO

### Processos sem movimentação há mais de 100 dias na unidade

Indicador	Verificação 1
-----------	---------------

Processos sem movimentação há mais de 100 dias na unidade	5.769
---	-------

Percentual de processos sem movimentação há mais de 100 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	33,16%
---	--------

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- Verificação 1: dados obtidos em 20/08/2018.

### Processos sem movimentação há mais de 365 dias na unidade

Indicador	Verificação 1
-----------	---------------

Processos sem movimentação há mais de 365 dias na unidade	1.732
---	-------

Percentual de processos sem movimentação há mais de 365 dias em relação ao total de processos em andamento na unidade	9,95%
---	-------

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- Verificação 1: dados obtidos em 20/08/2018.

### Processos em gabinete conclusos há mais de 365 dias – total de físicos e eletrônicos

Ano da conclusão	Verificação 1
------------------	---------------

2012	9
------	---

2013	11
------	----

2014	7
------	---

2015	11
------	----

2016	193
------	-----

2017	436
------	-----

Total	667
-------	-----

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- Verificação 1: dados obtidos em 20/08/2018. Data da conclusão mais antiga: 22/02/2012 (fls. 32-42).

### Processos em gabinete há mais de 365 dias – somente com as classes diversas das do executivo fiscal

Ano da conclusão	Verificação 1
------------------	---------------

2013	1
------	---

2015	4
------	---

2016	182
------	-----

2017	410
------	-----



Total	597
-------	-----

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Verificação 1: dados obtidos em 20/08/2018 (fls. 32-40).

**Processos em gabinete há mais de 365 dias – somente com as classes do executivo fiscal**

Ano da conclusão	Verificação 1
2012	9
2013	10
2014	7
2015	7
2016	11
2017	26
Total	70

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Nesta extração, considerou-se apenas as classes "execução fiscal", "embargos à execução fiscal" e "embargos infringentes na execução fiscal".
- d) Verificação 1: dados obtidos em 20/08/2018 (fls. 41-42).

**Processos em cartório sem movimentação há mais de 365 dias – total de físicos e eletrônicos**

Ano da última movimentação	Verificação 1
1990	1
2002	1
2008	1
2011	1
2012	2
2013	6
2014	91
2015	136
2016	523
2017	303
Total	1.065

Observações

- a) Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- b) Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- c) Verificação 1: dados obtidos em 20/08/2018. Data da movimentação mais antiga: 18/04/1990 (fls. 43-59).

**Processos em cartório sem movimentação há mais de 365 dias ( somente com as classes diversas das do executivo fiscal e que não estão nas filas da DTR )**

Ano da última movimentação	Verificação 1
----------------------------	---------------



1990	1
2002	1
2008	1
2011	1
2012	1
2014	1
2015	27
2016	117
2017	91
Total	241

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- Verificação 1: dados obtidos em 20/08/2018 (fls. 43-46).

**Processos em cartório sem movimentação há mais de 365 dias ( somente com as classes do executivo fiscal e que não estão nas filas da DTR )**

Ano da última movimentação	Verificação 1
2012	1
2013	6
2014	90
2015	109
2016	406
2017	212
Total	824

Observações

- Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registro.
- Informações obtidas mediante consulta ao Programa Inspeção Virtual.
- Nesta extração, considerou-se apenas as classes "execução fiscal", "embargos à execução fiscal" e "embargos infringentes na execução fiscal".
- Verificação 1: dados obtidos em 20/08/2018 (fls. 47-59).

**Processos sem movimentação há mais de 365 dias nas filas da DTR**

Ano da última movimentação	Verificação 1
Total	0

Observações

Não há resolução que tenha incluído a unidade em Divisão de Tramitação Remota - DTR



## 5 PRIORIDADES NA TRAMITAÇÃO

### Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163 do ECA

Indicador	Verificação 1
Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163 do ECA	0
Observações	
Não se aplica em face da competência da unidade.	

### Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias

Indicador	Verificação 1
Processos com a classe 'Habilitação para adoção' em andamento e distribuídos há mais de 365 dias	1
Observações	
Embora este relatório não se aplique à unidade em razão de sua competência, o registro apontado deve ser regularizado (fl. 60).	



## 6 PENDÊNCIAS

### Mandados em carga

**Indicador** **Verificação 1**

Mandados em carga com oficial de justiça há mais de 30 dias 21

Observações

Padrão de conformidade: o relatório não deve trazer registros.

Verificação 1 em 20/08/2018 (fls. 61-62). Mandado mais antigo: 17/11/2017.

### Processos eletrônicos em outros setores

**Indicador** **Verificação 1**

**Outros setores** **Total** **+100d**

Cartório - Ministério Público 1 1

Cartório - Serviço Social 1 0

Contadoria - Cálculos e Atualizações 8 1

Contadoria - Custas Finais 3 0

Contadoria - Custas Intermediárias 0 0

Distribuição 3 0

Distribuição - A ser Recebido de 1 1

Outro Foro

Observações

Verificação 1 em 20/08/2018 (fl. 63).

### Processos físicos em carga

**Indicador** **Verificação 1**

**Quantidade de processos em carga** **Total** **+100d**

#### Cargas internas

Contadoria 143 97

Juiz Evandro Volmar Rizzo 366 0

Juiz Fernando Cordioli Garcia 5 5

Juiz Livia Borges Zwetsch Beck 455 0

Juiz Pablo Vinicius Araldi 31 29

Ministério Público 7 0

#### Cargas externas - Terceiros sem acesso ao SAJ

Advogado 627 580

Perito 10 7

Procuradoria 352 223

Observações

Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara).

Verificação 1: mês de referência Agosto de 2018 (fl. 64). O Juiz Evandro Volmar Rizzo estava respondendo pela unidade no mês de agosto/2018 conforme Portaria GP n. 1529/2018.



### Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

Indicador	Verificação 1	
	Total	+30d

Processos com mesmo local físico há mais de 30 dias

#### Atendimento

Cartório - Ag. confecção de relação	191	19
Cartório - Aguardando	1	1
Cartório - Aguardando publicação relação	154	50
Cartório - Arquivar	192	67
Cartório - Escaninho do Juiz	167	31
Cartório - Escaninho Juiz (assinaturas)	4	0
Cartório - Expedir alvará	41	4

Observações: Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro no "local físico" e na "data do local físico".

a) Verificação 1 em 20/08/2018. Escaninho do juiz (fl. 65-68).



## 7 REGISTROS CRIMINAIS

Indicador	Verificação 1
Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias	0
Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias	0
Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias	0
Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias	0
Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias	0
Mandados de prisão em aberto com erros	0
Observações	
Não se aplica em face da competência da unidade.	

### Réus presos

Indicador	Verificação 1
Réus presos	0
Observações	
Não se aplica em face da competência da unidade.	

[REDACTED]

### DADOS DA VERIFICAÇÃO 1

[REDACTED]

Observações:

[REDACTED]

[REDACTED]

Observações:

Não se aplica em face da competência da unidade.



## 8 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

### Indicador

### Verificação 1

Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos  
(relatório de visita às entidade de acolhimento)

-

Observações: Não se aplica em face da competência da unidade.



## ORIENTAÇÕES

As orientações que seguem são gerais e, portanto, aplicáveis conforme a competência de cada unidade.

1. Metas do CNJ: a unidade deve acessar o site da Corregedoria para obter a lista dos processos incluídos nas metas do CNJ (<http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm>)

Meta 2 - identificar e julgar até 31-12-2018, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2013 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença distribuídos até 31-12-2014, nos Juizados Especiais.

Meta 4 - identificar e julgar até 31-12-2018, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2014.

Meta 6 - identificar e julgar até 31-12-2018, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2014.

### 2. Ajuste Estatístico

Recomenda-se que a unidade sempre verifique, quando houver cumprimento de sentença, se foram cumpridas todas as medidas administrativas relativas ao processo principal, como certificação do trânsito em julgado e encaminhamento para contadoria para cálculo das custas finais. Após a determinação de arquivamento pelo juiz, a unidade deve, se possível, proceder à baixa do processo principal, lançando a movimentação de arquivamento definitivo no sistema.

### 3. Sistemas do CNJ

É importante que a unidade consulte o manual do usuário, disponível em <http://cgj.tjsc.jus.br/sistemascnj/index.htm>

3.1 Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA - é uma ferramenta eletrônica que consolida, em um único banco de dados, as informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais e relativos à infância e juventude em todo o território nacional, permitindo um melhor controle dos processos e bens pelos órgãos judiciais. Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. Os bens devem ser atualizados sempre que as informações nele contidas forem alteradas nos autos do processo ou do procedimento criminal em tramitação.

3.2 Sistema Nacional de Controle de Interceptações - SNCI - o sistema deve ser alimentado mensalmente por magistrado de unidade com competência criminal em que tramitam ações de interceptações telefônicas.

3.3 Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais - CNIEP - deve ser alimentado pelos juízes com competência criminal. É uma ferramenta eletrônica que consolida em um único banco de dados as informações sobre as inspeções em todo território nacional. Os juízes com competência criminal, utilizando o perfil "Magistrado" no CNIEP, devem alimentar o sistema. Não há como habilitar servidor para inserir os dados, pois não há este perfil. Havendo cadeia pública na comarca, o estabelecimento penal também deverá estar cadastrado no sistema e devidamente fiscalizado, desde que existam celas para o cumprimento de pena. Tratando-se de cadeia pública para presos provisórios (prisões em flagrante), não há necessidade de alimentação dos dados no CNJ. Os dados devem ser lançados até o dia 10 (dez) do mês seguinte, sem prejuízo das imediatas providências para seu adequado funcionamento.

3.4 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI - os juízes com competência criminal também devem alimentar o



sistema. Referido cadastro reúne as informações do Poder Judiciário sobre pessoas físicas e jurídicas definitivamente condenadas por atos de improbidade no Brasil, nos termos da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992, e por atos que ocasionem a inelegibilidade do réu, nos termos da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990. Constitui uma ferramenta eletrônica que permite o controle jurídico dos atos da Administração que causem danos patrimoniais ou morais ao Estado, concentrando as informações de todo o Brasil em um único banco de dados. O juízo responsável pela execução das sentenças condenatórias das ações de improbidade administrativa, nos termos da Lei n. 8.429/92, deverá lançar os dados no sistema, após o trânsito em julgado. Nas ações que impliquem em inelegibilidade do réu, no caso de trânsito em julgado em primeiro grau, compete ao juízo prolator da decisão condenatória o lançamento das informações. Em caso de recurso, o presidente do órgão colegiado prolator do acórdão condenatório determinará a quem estiver secretariando os trabalhos, ao final da sessão de julgamento, que providencie a inclusão, nos termos do Ato Regimental 126/2013-TJ. A alimentação do CNCIAL deve ser mensal, indicando-se somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após a inclusão dos dados, nos termos da Resolução CNJ n. 44/07.

#### 4. Prisão de pessoa estrangeira

Nos termos da Resolução n. 162/2012 do CNJ, a unidade deve comunicar a prisão de qualquer pessoa estrangeira à missão diplomática de seu Estado de origem, ou na sua falta, ao Ministério das Relações Exteriores, e ao Ministério da Justiça, no prazo máximo de cinco dias.

Florianópolis, 21/08/2018.

Catia Lucila Ricordi Crestani  
Assessora Técnica Correicional - Mat. 6.508

Joice Dutra  
Analista Jurídico - Mat. 25282